**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO EDUCACIONAL**

A configuração do trabalho pedagógico nas escolas públicas do Maranhão está diretamente relacionada à estrutura do financiamento da educação básica, revelando desigualdades históricas e entraves na garantia de uma educação de qualidade. Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, surgiu a partir do interesse na disciplina de Política e Planejamento Educacional, com foco no financiamento da educação básica no Maranhão e suas implicações na gestão escolar e nas políticas públicas, considerando suas interfaces com a qualidade do ensino e a permanência estudantil. A análise tem como base documentos oficiais, estudos acadêmicos e relatórios institucionais que abordam os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, a distribuição de recursos entre os entes federativos e os investimentos per capita no ensino fundamental e médio. Segundo o Relatório de Execução Orçamentária da Educação do Maranhão (2021), entre 2016 e 2020, os repasses via Fundeb cresceram cerca de 12%; no entanto, o valor por aluno caiu em torno de 5%, devido ao aumento populacional e à inflação (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO, 2021). Essa queda compromete investimentos essenciais, como a infraestrutura escolar, a capacitação docente e a aquisição de equipamentos, impactando os projetos pedagógicos e a aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, o direito à educação, previsto na Constituição Brasileira de 1988, confronta-se com a lógica dominante no gerenciamento educacional desde a década de 90 do século passado (BAUER, 2013), revelando a tensão entre o direito constitucional e uma gestão orientada por critérios gerenciais e mercadológicos. Dourado (2007) observa que as políticas de gestão da educação básica têm priorizado avaliações de desempenho, o que leva à padronização curricular e à intensificação do trabalho docente, evidenciando a necessidade de reavaliar a alocação dos recursos e a divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Apesar dos avanços no acesso ao ensino, a desigualdade no financiamento continua a comprometer a qualidade e a infraestrutura da educação pública, apontando para a necessidade urgente de reformular o pacto federativo educacional, com foco em uma redistribuição mais justa dos recursos e no fortalecimento da gestão democrática da educação pública conforme o preceito constitucional.

REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana. Política de financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: UNESCO, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica: novos desafios e o debate federativo. Revista Brasileira de Educação, n. 34, 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Relatório de execução orçamentária da educação – Maranhão 2016-2020.